

Governo lança campanha para cobrança amigável de dívida

BRASILIA (O GLOBO) — Empresa e pessoas físicas com dívidas tributárias para a União em cobrança judicial serão procuradas pela Procuradoria Geral da Fazenda com a proposta de liquidação amigável dessas dívidas, nos próximos meses. Amanhã, no Ministério da Fazenda, será lançado o "Programa Especial de Cobrança Amigável" dos débitos inscritos da dívida ativa da União, que somam, atualmente, Cr\$ 3,66 bilhões.

De acordo com o programa, os procuradores da Fazenda deverão

enviar aviso devedores, fixando um prazo de 20 dias para a liquidação amigável da dívida. Atualmente, existem 49.700 processos na Justiça. Procurar evitar o congestionamento do Judiciário e o conseqüente atraso na solução das pendências é uma das principais metas do programa.

Recentemente, a Receita enviou notificações a 107 mil empresas, que, este ano, deixaram de apresentar declarações de renda. Outros 197.200 contribuintes, entre empresas e pessoas físicas, por sua vez, receberam aviso fixando um prazo de 20 dias para o recolhimento de parcelas do imposto sobre produtos in-

dustrializados (IPI) e imposto de renda em atraso há mais de dois meses.

Quanto à dívida ativa da União, isto é, aqueles débitos já remetidos para cobrança judicial e para os quais o Governo vai buscar uma solução amigável, os Cr\$ 3,66 bilhões estão divididos entre Cr\$ 1,4 bilhões de IPI (2.655 processos), Cr\$ 1,2 bilhão de imposto de renda (34.980 processos), Cr\$ 18,6 milhões são débitos trabalhistas e multas da CLT (8.277 processos), Cr\$ 68,8 milhões provêm de tributos diversos (643 casos) e Cr\$ 920 milhões possuem diversas origens (3.145 processos).